



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 24/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Centrais repudiam nova reforma trabalhista

Depois de a carteira verde amarela e a MP 1.045 terem sido derrotadas pela pressão, resistência e luta do movimento sindical, o governo Bolsonaro tenta mais uma vez implementar uma nova reforma trabalhista, sob o manto parlamentar. Trata-se, mais uma vez da obsessão política de uma perigosa elite financeira de extinguir qualquer amparo e proteção ao trabalhador.

Essa elite nem sequer disfarça sua falta de argumentos para tal investida. Agora, por meio de seus porta-vozes no governo, defende que a “flexibilização trabalhista resolveria o problema do alto desemprego e melhoraria as condições para os informais”. É mais uma manobra que insiste em aprofundar a reforma de Michel Temer. Uma reforma que conduziu o Brasil à crise que eles mentirosamente dizem tentar resolver: aumento recorde do desemprego e da miséria.

Nos anos anteriores à reforma de 2017 o Brasil estava no caminho do crescimento. Estávamos na lista dos países mais industrializados, o desemprego era baixo, pouco a pouco a desigualdade diminuía e o povo brasileiro vivia a amplamente noticiada ascensão da Classe C, com maior acesso a bens e serviços. Tudo sob plena vigência da CLT.

Na contramão daquele crescimento, ao retirar ainda mais direitos, o governo aumentará o contingente de desempregados e miseráveis que, oprimidos pela necessidade de sobrevivência, acabarão se dispondo a trabalhar em qualquer condição para poder comer e, com sorte, morar em algum lugar. Talvez seja essa a ideia desse grupo.

Além de repudiar, resistiremos e reagiremos contra essa e qualquer outra medida nefasta. Vamos dialogar com os parlamentares e pressioná-los, organizar manifestações e também mostrar para as nossas bases, em 2022, quais os candidatos que estão comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Como na luta exitosa que fizemos contra a MP 1.045: “se votar, não volta”. Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 24 de novembro.

#### Empresa deve pagar indenização por dano moral coletivo por falta de EPIS

O descumprimento de normas que têm por objetivo assegurar a segurança e a saúde do trabalhador gera danos que excedem a esfera individual. Esse entendimento foi adotado pela 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para manter a condenação de uma empresa paulista ao pagamento de indenização por dano moral coletivo por não ter fornecido equipamentos de proteção individual (EPIS) a seus empregados.

O caso teve início com a ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Itu (SP), que solicitou que a RFR Indy Recycling Comércio de Resíduos Ltda., de Indaiatuba, fosse obrigada a adequar o meio ambiente de trabalho e condenada ao pagamento de adicional de insalubridade aos empregados, além de indenização por dano moral coletivo.

O sindicato relatou ter recebido diversas denúncias referentes à exposição dos empregados a agentes insalubres, como ruído, radiações não ionizantes e hidrocarbonetos, o que foi confirmado por laudo pericial.

No entendimento do juízo da Vara do Trabalho de Indaiatuba, a empresa estava ciente das condições insalubres em seu estabelecimento, o que foi comprovado em documento elaborado por ela própria, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). No entanto, o laudo pericial mostrou que ela deixou de cumprir norma legal que visa a atenuar efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores, com a entrega de equipamentos de proteção.

A empresa foi condenada a pagar adicional aos empregados dos setores expostos à insalubridade e a fornecer protetores auriculares, cremes de proteção da pele e protetor solar. Ao fixar o valor da indenização, o juízo registrou evidências de que a empresa passava “por sérios percalços financeiros” e avaliou que não competia à Justiça do Trabalho aprofundar essa crise, o que poderia levar ao encerramento de suas atividades, “com efeitos ainda mais graves ao conjunto de trabalhadores”. Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 24 de novembro.

## **Clima econômico na América Latina cai a 80,6 pontos no 4º tri, diz FGV**

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina recuou 20,8 pontos na passagem do terceiro para o quarto trimestre, do patamar de 101,4 pontos para 80,6 pontos, retornando assim à zona desfavorável (abaixo de 100 pontos). O resultado interrompe a recuperação que vinha sendo observada desde o segundo trimestre de 2020, apontou o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A queda do indicador teve forte influência da piora registrada pelo Brasil.

"Nesse cenário, as incertezas quanto à retomada de um crescimento econômico da região levam a expectativas pela falta de confiança nas diretrizes da política econômica. Somam-se ainda problemas estruturais como: falta de inovação, infraestrutura inadequada e aumento na desigualdade de renda são destacados como questões relevantes para o crescimento econômico dos países", observou a FGV, em nota.

O Indicador da Situação Atual (ISA) caiu 1,1 ponto, para 58,0 pontos, patamar ainda extremamente baixo. O Indicador de Expectativas (IE) despencou 45,5 pontos, para 105,1 pontos, permanecendo na zona favorável.

O Clima Econômico no Brasil puxou a média da região para baixo, com um tombo de 55,1 pontos na passagem do terceiro para o quarto trimestre, para um patamar de 63,4 pontos. O Indicador de Situação Atual do País encolheu 14,7 pontos, para 54,5 pontos, enquanto o Indicador de Expectativas despencou 104,2 pontos, para 72,7 pontos.

Dos dez países analisados, cinco melhoram a avaliação do clima econômico na passagem do terceiro para o quarto trimestre: Equador (+34,7 pontos), Uruguai (+33,2 pontos), Colômbia (+33,2 pontos), Bolívia (+13,4 pontos) e Paraguai (+7,2 pontos).

Saiba mais em: **A Tribuna**, quarta-feira 24 de novembro.

## **Conta de luz mais cara eleva custos no comércio e pressiona até decoração de Natal**

Reflexo da crise hídrica, a conta de luz mais cara é um desafio adicional para o varejo no Natal deste ano, segundo analistas e empresários.

É que, além de elevar a inflação para o consumidor, as tarifas mais altas de energia elétrica aumentam os custos de operação para os lojistas, que apostam na data para aquecer as vendas.

Às vésperas do Natal, lojas e shoppings costumam funcionar com horário ampliado, o que exige um consumo maior de eletricidade.

"A pressão da energia traz dois impactos. O primeiro é a redução no poder de compra do consumidor com a energia mais cara e a subida da inflação", aponta o economista Fabio Bentes, da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

"O segundo efeito é de custo. A energia tem peso bastante significativo para determinados segmentos do comércio", emenda.

No cálculo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a energia elétrica residencial acumula alta de 19,13% no ano, até outubro, e disparada de 30,27% em 12 meses.

A luz é uma das principais responsáveis pela escalada do índice oficial de inflação do Brasil. O IPCA chegou a 10,67% em 12 meses, até outubro, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em meio a esse cenário, até a montagem das tradicionais decorações com luzes natalinas, em centros comerciais ou em espaços abertos, tendem a ficar mais custosas neste ano.

O Natal Luz, no município de Gramado, na serra gaúcha, começa a sentir o efeito da luz mais cara, segundo a organização do evento, que começou no final de outubro e vai até janeiro.

A programação é composta por uma série de espetáculos natalinos, e pontos da cidade são decorados com luzes e enfeites da data.

"Sem dúvida nenhuma, teremos um impacto bastante expressivo em relação aos outros anos e, principalmente, em relação aos meses em que esses pontos de energia não são utilizados", diz a arquiteta Tatiana Ferreira, chefe do departamento de infraestrutura e segurança da Gramadotur, autarquia responsável pelo Natal Luz.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo**, quarta-feira 24 de novembro.